

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais

Descrição, explicação e interpretação
em “O 18 de Brumário”

Ana Clotilde G. Dias
Ariane Rocha
Luiza Vianna Magalhães
Ramiro Queiroz Silveira

Introdução

A obra "*O 18 de Brumário*" de Karl Marx surgiu a partir de um convite que Marx recebeu para apresentar a história do golpe de Estado de 1851. Inicialmente, como uma publicação mensal, "*O 18 de Brumário*" retrata as condições políticas, econômicas e sociais da França no período de 1848 a 1852. Nesse período, a França passou por diversas agitações e transformações, tais como o fim da monarquia e a instauração da república com a revolução de 1848, o levante popular da jornada de junho de 1848, a dissolução do parlamento e a tomada de poder por Luis Napoleão.

Embora o título do livro aluda ao 18 de Brumário, data que se refere a 9 de novembro no calendário criado com a instauração da I República na França, este não retrata o golpe de Napoleão Bonaparte ocorrido em 1799, e sim o golpe de Luis Bonaparte ocorrido 50 anos depois.

Essa alusão metafórica demonstra a semelhança dos acontecimentos no período de Napoleão Bonaparte e de Luis Bonaparte, seu sobrinho. Dentre essas semelhanças, encontram-se um golpe determinando o fim da república e a instituição de um império.

"*O 18 de Brumário*" faz parte de um contexto bastante amplo e complexo. Embora a obra não retrate os acontecimentos da França anteriores a 1848, para entendê-la é imprescindível conhecer sobre os avanços e retrocessos deste país entre 1789 e 1848. O primeiro avanço constitui-se da implantação de valores liberais com a Revolução Francesa. A partir daí, há um retrocesso com a reação conservadora de 1814 (o Congresso de Viena) e uma retomada do avanço com a revolução liberal de 1830.

Esse contexto cíclico de progressões e digressões no qual enquadra-se o pêndulo que determina uma oscilação nas formas de governo (monarquia, república e império) serve para fundamentar a perspectiva de Marx sobre os acontecimentos que este analisa.

Embora esta obra de Marx seja um modelo para as Ciências Sociais, desde que aplica a dialética para explicar o golpe de Luis Bonaparte, falta a esta um pouco de clareza e mais objetividade. Marx faz uso de juízos de valor para caracterizar Luis Napoleão e ainda faz profecia ao prever a queda de Napoleão III. No entanto, como a obra foi feita praticamente na mesma data em que os acontecimentos ocorreram, relevam-se alguns erros de Marx.

A base científica de qualquer estudo consiste nos processos *descrição*, *explicação* e *interpretação*. A proposta deste trabalho é analisar como os fatos são descritos (incluindo divisões de períodos), quais as causas a eles atribuídas e qual a teoria está por trás destes na obra “*O 18 de Brumário*”.

Descrição

A descrição desenvolvida na obra “*O 18 Brumário*” consiste em um recorte do cenário político-econômico da França no período de 1848 a 1851, da queda de Luís Filipe ao golpe de Luís Napoleão. Esta descrição é feita a partir do ponto de vista do autor, estando repleta de juízos de valor.

Três períodos se destacam:

1. **Período de fevereiro, de 24 de fevereiro a 04 de maio de 1848:** inicia-se com a queda de Luís Filipe feita pela oposição dinástica, a burguesia republicana, a pequena burguesia democrático-republicana e os trabalhadores social-democratas (Revolução de Fevereiro). O objetivo inicial desta revolução era a derrubada do domínio exclusivo da aristocracia financeira e a realização de uma reforma eleitoral. Instalou-se um governo provisório, constituído por todos os elementos que haviam preparado a revolução (“comédia da confraternização geral” ou governo de coalizão). Este primeiro período pode ser chamado de *Prólogo da Revolução*.
2. **Período da Constituição da República ou da Assembléia Nacional Constituinte, de 04 de maio de 1848 a 28 de maio de 1849:** inicia-se com a reunião da Assembléia Nacional (resultado de eleições nacionais) – dominada pela burguesia – e com a fundação da república burguesa. O proletariado de Paris responde a esta com a *Insurreição de Junho*, contra a qual organizou-se o *Partido da Ordem*, formado pela aristocracia financeira, burguesia industrial, classe média, pequena burguesia, exército, *lumpen-proletariado* organizado em guarda móvel, intelectuais de prestígio, clero e população rural. A luta de todas as classes contra o proletariado culmina na sua derrota. A burguesia republicana desde o início contava com a maioria na Assembléia Nacional

Constituinte e aproveitou-se da deflagração da Revolução de Junho para livrar-se de seus rivais mais próximos. Seu domínio se resume na elaboração da Constituição Republicana e na proclamação de estado de sítio em Paris. Na Constituição “a liberdade pessoal, as liberdades de imprensa, de palavra, de associação, de reunião, de educação, de religião entre outras, receberam um uniforme constitucional que as fez invulneráveis. Cada uma dessas liberdades é proclamada como direito absoluto do cidadão francês. Entretanto, as liberdades eram sempre acompanhadas da restrição à margem, no sentido de que é ilimitada desde que não esteja restrita pelos direitos iguais dos outros e pela segurança pública ou por leis destinadas a restabelecer essa harmonia das liberdades individuais entre si e com a segurança pública”.

Em 10 de dezembro de 1848, Luís Bonaparte é eleito presidente, o que põe fim à ditadura da burguesia republicana e ao estado de sítio. Segue-se a luta da Assembléia Constituinte contra Bonaparte e contra o Partido da Ordem (então seu aliado), o que culmina com a dissolução da Assembléia Constituinte e com a queda da burguesia republicana.

3. **Período da República Constitucional ou da Assembléia Nacional Legislativa, de 28 de maio de 1849 a 2 de dezembro de 1851:** a pequena burguesia inicia uma luta contra a burguesia e contra Bonaparte, porém é derrotada. O período de 13 de junho de 1849 a 31 de maio de 1850 representa a ditadura parlamentar do Partido da Ordem, que completa seu domínio com a abolição do sufrágio universal. Seguem-se derrotas de vários setores da burguesia, como a parlamentar, que rompe com a imprensa e o governo.

Observa-se neste período o plano de Luís Napoleão para permanecer no poder e se tornar imperador. Entre 9 de outubro a 02 de dezembro de 1851 (data do golpe de

Estado de Luís Napoleão) ocorre a ruptura do Parlamento com o Poder Executivo. O Parlamento é fechado, com o apoio do Exército, e é abandonado por sua própria classe. Isso determina o fim do regime parlamentar e do domínio burguês. Consolida-se a vitória de Bonaparte, dando início ao que Marx denomina de *paródia da restauração do império*.

Finalmente, Marx descreve este período como sendo um período mesquinho da história da França: Luís Napoleão, aproveitando-se do seu parentesco com Napoleão Bonaparte, do descontentamento da sociedade francesa da época e sendo favorecido pelas elites e pelo campesinato, se elege presidente da República e depois dá um golpe de Estado, convertendo-se em Imperador da França.

Explicação

No processo explicativo deve-se entender a relação causal. A relação entre fenômenos antecedentes (causas) e os conseqüentes (efeitos) permite a compreensão, pelo menos parcial, dos fatos. Espera-se que no texto a seguir seja possível compreender esta relação a partir da obra “*O 18 de Brumário*”.

A explicação na obra “*O 18 de Brumário*” baseia-se na luta de classes. Neste texto, serão evidenciadas as classes presentes no conturbado cenário do período 1848 – 1851 e os seus interesses.

O período inicia-se com a *Jornada de Fevereiro*, a qual teve como objetivo inicial o aumento do controle da burguesia francesa sobre o seu país. Tendo o povo tomado o poder, ele foi entregue, imediatamente, à burguesia com o objetivo de governar em nome do povo. Oportunista, esta acabou com a exclusividade da burguesia financeira e não permitiu a tomada de poder pelo proletariado, que foi o real responsável pela deposição de Luís Felipe.

Desta forma, a burguesia republicana tomou conta do governo provisório, iniciado em 24 de Fevereiro de 1848 e que teve fim em 4 de maio do mesmo ano. Os *tricolores*, (como eram chamados), constituíam-se de “escritores, advogados, oficiais e funcionários de categoria que deviam sua influência às antipatias pessoais a Luiz Felipe, à memória da velha república, à fé republicana de um grupo de entusiastas, e, sobretudo, ao racionalismo francês. Combatiam a aristocracia da mesma forma que o resto de toda oposição burguesa”.

O governo provisório formado a partir das jornadas de fevereiro era composto basicamente pela oposição dinástica, pela burguesia republicana, pela pequena burguesia e

pelos social-democratas. A oposição dinástica pode ser separada em *Orléans*, representantes da burguesia financeiro-industrial, e em *Bourbons*, que eram os grandes proprietários de terras, a burguesia tradicional latifundiária. Os social-democratas incluíam parte do proletariado e da pequena burguesia.

A partir de 4 de maio de 1848, foi formada a *Assembléia Nacional Constituinte*, com representantes eleitos pela nação. Esta seguiu uma lógica de representar os interesses da burguesia, deixando o proletariado à parte de todo o processo. Essa exclusão foi facilmente compreendida por ele, que tentou, em vão, dissolvê-la em 15 de maio. Tal fato teve como resultado a expulsão de Blanqui e outros “verdadeiros dirigentes do partido proletário”.

Em junho, o proletariado voltou a revoltar-se. No entanto, a *Insurreição de Junho* foi completamente fracassada, tendo em vista os três mil mortos e 10 mil deportados sem julgamento. Em contraste ao proletariado que não teve apoio algum, os tricolores tiveram o apoio da “aristocracia financeira, burguesia industrial, classe média, pequena burguesia, exército, *lumpen-proletariado* organizado em guarda móvel, intelectuais de prestígio, clero e população rural”.

Em 10 de dezembro de 1848, ocorreu a reação do campo contra a cidade. Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão Bonaparte, foi eleito presidente com grande responsabilidade do campesinato tradicional e do exército. Isto aconteceu devido ao saudosismo por seu tio Napoleão – “o Grande” – e em decorrência da insatisfação pelo domínio da burguesia republicana.

Também responsável pela ascensão de Luís Napoleão foi a formação da *Sociedade de 10 de dezembro*. Dirigidas por bonapartistas, esta sociedade foi criada em 1849 sob o pretexto de ser uma entidade filantrópica. Serviu, no entanto, para manipular o *lumpen-*

proletário parisiense e utilizá-lo como instrumento de coação, de perseguição aos opositores de Bonaparte. O *lumpen-proletariado* organizado na *Sociedade de 10 de dezembro* fazia parte de uma massa indefinida e não integrada, uma massa necessitada – como os camponeses – de liderança, pois não tinha possibilidades de se constituir como uma classe. Eram, tão somente, parte de um grupo de indivíduos desclassificados¹, um grupo que viria a se transformar no exército pessoal de Bonaparte até que este conseguisse transformá-los em um exército regular.

O ideal republicano defendido pelos tricolores só era possível caso os ideais de respeito à constituição e à liberdade, ou soberania do parlamento fossem defendidos. Estes só eram viáveis enquanto houvesse o equilíbrio de forças e interesses emanados das principais frentes políticas presentes durante o governo provisório e durante a *Assembléia Nacional Constituinte*, em destaque para as forças burguesas *orleanistas* e legitimistas.

No dia 20 de dezembro de 1848, Luís Bonaparte nomeou um ministério formado principalmente por legitimistas e *orleanistas*. Estes dois poderes burgueses também conseguiram formar uma maioria no legislativo. Portanto, o declínio dos republicanos foi formado pelos poderes executivo, legislativo e pelo poder militar obtido pelos membros do Partido da Ordem. Este partido foi responsável por reunir, a partir da *Insurreição de Junho*, as várias frentes burguesas contra qualquer levante popular. No entanto, este acabou por simbolizar a própria desfragmentação da burguesia.

O antagonismo entre os interesses do capital agrário-tradicionalista e do financeiro-industrial deixava os republicanos – em seu papel de mediadores – em uma situação

¹ pg 70 “ (...) havia vagabundos, soldados desligados do exército, presidiários libertos, forçados foragidos de galés, chantagistas, saltimbancos, lazzarani, punguistas, trapaceiros, jogadores, maqueras, donos de bordeis, carregadores, literati, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de facas, soldados, mendigos – em suma, toda essa massa indefinida (...) Bonaparte formou o núcleo da sociedade de 10 de dezembro. ‘sociedade beneficente’ no sentido de que todos os seus membros, inclusive Bonaparte, sentiam necessidade de se beneficiar às expensas da nação laboriosa (...)”

política cada vez mais frágil. Eles foram perdendo a força e a maioria no congresso até que a *Assembléia Nacional Constituinte* foi dissolvida, em 28 de maio de 1851.

Com o fim da *Assembléia Nacional Constituinte*, Luís Bonaparte foi progressivamente ganhando poder. Isso ocorreu devido à manipulação do *lumpen-proletariado* (através da *Sociedade de 10 de dezembro*), dos grandes burgueses (que tinham acabado de tomar o poder) e às concessões ao exército.

Outro fator importante para o aumento do poder de Luís Napoleão foi o entrave ao poder do executivo que foi destituído – o **ideal republicano** burguês. Os *Bourbons*, por serem os monarquistas legitimistas que dominaram durante a restauração, e os *Orléans*, por terem dominado durante a monarquia de julho, possibilitaram o fortalecimento de Luís Napoleão.

O 28 de maio de 1852 foi frustrado em 2 de dezembro de 1851. A primeira data era o fim do mandato presidencial de Luís Napoleão. A reeleição era proibida e Bonaparte seria afastado. A segunda data remete ao golpe de Luís Bonaparte: “O raio de luz em um céu azul ofuscou o trovoar de 1848”. Napoleão III fecha o congresso e se proclama ditador com o apoio do exército.

Observa-se assim, que esta relação entre as classes (burguesia-proletariado) e entre as ramificações das mesmas (*lumpen-proletariado*, *Orléans*, *Borbouns*, burguesia republicana) reflete a noção marxista de conflito de interesses – **luta de classes** – sempre presente em uma sociedade capitalista.

O inerente conflito entre oprimidos e opressores e a divergência de interesses no meio destes grupos é um dos principais aspectos da obra “*O 18 Brumário*”. O aspecto explicativo, causalístico não está presente apenas na obra “*O 18 Brumário*”, mas em grande parte da obra de Karl Marx.

Interpretação

Antes de analisar a interpretação presente na obra “*O 18 de Brumário*” de Karl Marx, é preciso identificar no que consiste este termo. A interpretação de um fato vai além da descrição e da explicação. A interpretação remete ao plano teórico da ciência, a partir do qual se justifica o como e o porquê dos fatos e a sua relação com os significados. A interpretação é a tarefa mais árdua e que, por isso, necessita ser tratada com maior diligência. Nela se encontra o encadeamento entre causas, conseqüências e a descrição factual e, principalmente, a coesão destas com a perspectiva do teórico, a qual une fatos e significados.

Em seu livro, “*O 18 de Brumário*”, ao interpretar o golpe de Luís Bonaparte de 1852, Marx o faz também com todo o período após a Revolução Francesa. Neste, incluem-se o Período Napoleônico, a reação conservadora, a Revolução de 1830 e a de 1848. Bastante peculiar e complexa, a perspectiva de Marx sobre os acontecimentos deste longo período é utilizada para fundamentar a expectativa que o autor apresenta com relação à *Revolução do Proletariado*.

Marx, em sua interpretação da tomada de poder por Luís Bonaparte, apresenta uma nova conotação do que vem a ser o movimento revolucionário das camadas proletárias. Para tal, faz uso de um pensamento de Hegel, o qual afirma que os acontecimentos e personagens importantes se repetem. “Hegel observa, em uma de suas obras, que todos os fatos e personagens importantes ocorrem, por assim dizer, duas vezes”. A perspectiva de Marx é percebida, quando este acrescenta que os acontecimentos e personagens não são apenas imitados, mas que ora se apresentam como tragédia (ato propriamente

revolucionário, ou seja, que introduz o inusitado) ora como farsa (o golpe, ou ato anti-revolucionário).

Nesta dicotomia, revolução e anti-revolução, Marx diferencia as revoluções burguesas da revolução proletária. Para o pensador, as primeiras são extremamente limitadas no conteúdo e abrangentes nas idéias. As revoluções burguesas precisam ser mascaradas e glorificadas com ideais, símbolos e formas de artes de períodos mais áureos. Assim, esta revolução constitui-se no exercício de permanente imaginação, está relacionada com a paixão e com a retórica (arte de saber falar).

A crítica que Karl Marx faz à revolução burguesa é devido ao caráter ideológico que ela contém, devido ao fato desta não permitir a quebra de paradigmas e a instauração de novas relações sociais. Isto é, ela é vista como os romances do século XVIII, como mera ficção.

Em contraste com a revolução da burguesia, a do proletariado, caracteriza-se pela perda dos grilhões da imaginação, por romper com a ideologia e por possuir um caráter mais positivo. Diferentemente da burguesa, a qual apresenta paixão (que é explosiva), ela é cautelosa, moderada e até mesmo melancólica. Daí infere-se que, não necessariamente, a revolução do proletariado faz uso da força armada.

Ao dividir as revoluções em burguesas e proletárias, Marx inclui nas primeiras a Revolução Francesa, a Inglesa, a de 1830, e a 1848. Embora haja uma relativização com relação à Revolução Francesa, Marx considera esta tanto como tragédia quanto farsa. Como as revoluções foram racionalizadas e caracterizadas de forma genérica, percebe-se que não passam de cópias. A Revolução Francesa imita a Inglesa, a de 1830 imita a Francesa e assim por diante.

A ressalva feita com relação à Revolução Francesa, o fato desta se apresentar também como tragédia, ocorre devido à novidade que esta sugere em relação ao *Antigo Regime*. Entretanto, se comparada com as demais revoluções burguesas, percebe-se que há no movimento revolucionário do final do século XVIII a mesma preponderância da aparência sobre a essência.

A Revolução Francesa e a Inglesa já foram consideradas semelhantes por diversos autores. No entanto, a semelhança que Marx lhes atribui é peculiar. Segundo Marx, a forma como a revolução de 1789 dirigiu-se para o passado é análoga a da Revolução Puritana. Na Revolução de 1789, trata-se da imitação dos Romanos pelos Franceses. “E nas tradições classicamente austeras da república romana, seus gladiadores encontraram os ideais e as formas de arte, as ilusões de que necessitavam para esconderem de si próprios as limitações burguesas do conteúdo de suas lutas e manterem seu entusiasmo no alto nível da grande tragédia histórica”. Já na Revolução Puritana, trata-se de um teatro religioso. “(...) Cromwell e o povo inglês haviam tomado emprestado a linguagem, as paixões e as ilusões do velho testamento para sua revolução burguesa”. Contudo, as duas revoluções apresentam o mesmo propósito: mascarar a mediocridade dos objetivos do capital. Nestas revoluções, percebe-se que o entusiasmo ou as paixões da alma (*leidenschaft*) é uma forma de tornar as propostas sociais da burguesia mais nobres, de engrandecê-las.

Ao estabelecer essa comparação entre Revolução Francesa e Império Romano, Marx afirma que a revolução burguesa não só se apropria de ideais romanos, como a própria história da França considerando a oscilação entre república e Império, é semelhante à romana. Para fundamentar tal afirmação, evidencia que ocorreu na França, uma transição do período republicano para o império em 1799 e em 1851, nos governos de Napoleão e Luis Napoleão. Mais do que imitação, trata-se de um pêndulo, de perceber que não há

apenas cópia de Roma pela França, mas também cópia do golpe de 1799 pelo de 1851 e do tio (Napoleão Bonaparte) pelo sobrinho (Luís Napoleão).

Percebe-se que não são apenas as revoluções que são imitadas, mas também os grandes líderes. Segundo Marx, Claussidière é a cópia de Danton, Luís Blanc de Robespierre e Luís Napoleão a de Napoleão Bonaparte. Observa-se também que Marx evidencia algumas semelhanças entre Cromwell, Napoleão e Luís Napoleão pelo fato destes terem dissolvido o parlamento. Entretanto, mesmo apontado como uma paráfrase de grandes líderes, Luís Bonaparte é caracterizado de forma bastante preconceituosa e visto como incapaz de manter o poder.

Para Marx, o apoio de Luís Napoleão estava na classe camponesa e na aristocracia. Os camponeses eram vistos como aqueles que necessitavam de uma representação autoritária uma vez que não apresentavam organização política. É importante destacar que estes eram os camponeses conservadores, isto é, havia camponeses revolucionários capazes de se articular politicamente. A aristocracia era um ponto de apoio, pois era também conservadora, refutava a república e a revolução proletária. Dessa forma, por imaginar que Luís Bonaparte não alcançaria êxito em manter seu apoio, principalmente junto ao campesinato, Marx prevê a queda deste.

Com essa previsão, nota-se que Marx considera o governo de Luis Napoleão como uma farsa. A coroação de Napoleão Bonaparte era vista como um ato anti-revolucionário. Já a de Luis Napoleão, evidenciada pelo “*18 de Brumário*”, é vista como uma farsa muito pior. O fundamento de Marx para dizer que o governo de Luís Napoleão constitui-se falso é que Luis Napoleão, com seu golpe, não derruba a monarquia. Todavia, destrói os valores liberais, conquistados por anos de revoluções burguesas e acaba com aquilo que poderia ser a revolução proletária, a *Jornada de Junho de 1848*.

Ao ver em Luis Napoleão uma fraude, um impostor, um sujeito incapaz de se manter no poder, o responsável por reconduzir a França ao conservadorismo, Marx acredita que o período do governo de Napoleão III é propício para a revolução proletária. Segundo Marx, somente um retrocesso de tal natureza cria um ponto de partida para um processo realmente revolucionário. No tempo de Luís Bonaparte, estão presentes as condições, a situação, e as relações, sem as quais a revolução moderna não adquire caráter sério.

“O 18 de Brumário” é uma forma de sinalizar a revolução socialista. Obviamente, não é por acaso que em 1848 é lançado o Manifesto Comunista. Desta forma, Marx não pretende apenas analisar o golpe de 1851. Seu projeto é mais ambicioso. Pretende demonstrar, a partir de um cenário conflituoso, que a aliança entre camponeses e proletários é possível, que a destruição da ideologia burguesa é inevitável e que somente com esses passos é que uma sociedade racional, livre das paixões da alma, poderá existir.

Conclusão

A descrição, a explicação e a interpretação, presentes na obra “*O 18 de Brumário*”, são bastante peculiares e facilmente identificáveis.

Ao descrever, embora divida o período de 1848 a 1851 em três fases, Marx sempre recorre ao passado para caracterizar revoluções, pessoas e classes. Mesmo que haja uma seleção do que vai ser tratado na obra, esse recorte vai se ampliando conforme as necessidades. A descrição também é em parte objetiva e em parte metaforizada e poética. Objetiva por tentar fazer análise científica dos fatos e metafórica por se tratar de uma obra repleta de ironias e juízos de valor.

É importante perceber que a pessoa que descreve os fatos demonstra o ponto de vista de um estrangeiro. Marx não estava na França quando os fatos analisados aconteceram. É possível que as pessoas que acompanharam os fatos com maior proximidade, os descrevam de outra forma. Por outro lado, esta análise é importante dado que é feita do ponto de vista de um sociólogo preocupado em identificar as relações entre classes e temas relativos à sociologia.

Essa visão de sociólogo em Marx justifica o seu modelo de explicação causal, baseado na dialética, no confronto de classes. Para Marx, a causa das revoluções é exatamente o conflito inerente à propriedade privada que se manifesta na divisão de classes com interesses antagônicos.

Marx não pretende estabelecer uma lei rígida para os acontecimentos de 1848 a 1851 como faria Durkheim. Tampouco, defende uma infinidade de possibilidades que podem ser relacionadas com esses acontecimentos como faria Webber.

A interpretação feita por Marx ultrapassa os limites da própria análise histórica dos fatos selecionados. A partir da obra “*O 18 de Brumário*”, Marx generaliza o que é uma revolução burguesa e social, o que é um ato revolucionário e um golpe. O livro se enquadra na teoria marxista em geral, a qual afirma que a revolução socialista é inevitável e transparente.

Embora não conceda tanta importância aos valores como Weber, Marx também não pretende analisar os fatos como coisas. A atribuição de significado que este confere a Luís Bonaparte, por exemplo, é essencial para justificar a previsão da queda do mesmo.

Identificando a descrição, a explicação e a interpretação na obra de Marx, nota-se as dificuldades inerentes à ciência e ao processo factual e significativo. O autor descreve os fatos de acordo com a sua perspectiva e lhes atribui interpretações e explicações individuais. Devido a esse subjetivismo, as ciências, principalmente as Ciências Sociais, devem se servir da crítica permanente e da constante busca por novos paradigmas.

Referência bibliográficas

MARX, Karl. *O 18 de Brumário*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1974.

DOMINGUES, Ivan. *Sobre o 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Notas de aula. Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, UFMG, Belo Horizonte, 2004.

RIBEIRO, Renato Janine. *O Novo e o “Pathos” (Em torno do “Dezoito de Brumário”)*. Em *A última razão dos reis: ensaios sobre Filosofia e Política*. Editora Cia. das Letras. São Paulo, 1993.